

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**Recomendações Pedagógicas a Docentes e Tradutores Intérpretes de Libras
(TILS)**

Porto Velho - RO

Março 2022

Reitora:

Marcele Regina Nogueira Pereira

NCH:

Walterlina Barboza Brasil

Departamento de Libras:

João Carlos Gomes

Comissão Organizadora:

Magno Prado Gama Prates

Geralda Iris de Oliveira

Indira Simionatto Stedile Assis Moura

Anna Jamilly Santos Martins Pontes

Robson Gonçalves

APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta orientações para Docentes e Tradutores Intérpretes de Libras visando a melhor forma de atender acadêmicos Surdos¹ e/ou com deficiência auditiva. O Núcleo de Ciências Humanas (NCH), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no Campus de Porto Velho, tem acompanhado a recente movimentação de acadêmicos Surdos nos níveis de graduação e pós-graduação e tem percebido que se fazem necessárias ações que promovam a qualidade da educação e a acessibilidade na inclusão social das pessoas Surdas na UNIR. Desse modo, foi solicitado ao Departamento Acadêmico de Libras (DLibras) um material que norteasse estes aspectos. A comissão organizadora formada por docentes e tradutores/intérpretes de Libras discutiu a proposta com diretrizes gerais e ações de orientação para que o atendimento nos níveis de graduação e pós-graduação possa ser desenvolvido com mais qualidade, respeitando a pessoa Surda e/ou com deficiência auditiva e reconhecendo sua necessidade de acessibilidade linguística.

BEM VINDOS À LEITURA QUE PODE CONTRIBUIR COM SEU CONHECIMENTO SOBRE A PESSOA SURDA E/ OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

¹ Utilizaremos, neste trabalho, o termo Surdo com “S” maiúsculo, conforme utiliza Moura (2000) no intuito de diferenciá-lo dos termos “deficiente auditivo” e “surdo”. Para a autora, o termo “Surdo” refere-se ao indivíduo que, tendo uma perda auditiva, não é caracterizado pela sua deficiência, mas pela sua condição de pertencer a um grupo minoritário, com direito a uma cultura própria e a ser respeitado na sua diferença. A utilização de “surdo” refere-se à condição audiológica de não ouvir.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento acadêmico do Surdo e/ou pessoa com deficiência auditiva na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem acontecido desde o ano de 2015 o que vem demonstrando que o Surdo tem buscado sua qualificação em nível superior. Tal fato tem representado um avanço para o povo Surdo no que se refere ao crescente número de vagas ocupadas por pessoas Surdas na UNIR. Este trabalho pretende colaborar para que haja uma educação voltada para o respeito às diferenças na UNIR. Este guia de orientações tem a intenção de apontar o caminho que leve à qualidade nos estudos dos alunos Surdos na graduação, mestrado e, possivelmente, doutorado visto que os docentes, monitores, Tradutores e Intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) tem enfrentado dificuldades no desenvolvimento destes níveis acadêmicos.

É dever das instituições de ensino promover a inclusão social e acolher a diversidade dando a oportunidade de acesso à Universidade com a oferta de um ensino que contemple as necessidades de cada clientela, bem como ampliar o desenvolvimento de um trabalho de qualidade com a utilização de meios que propiciem a permanência destes acadêmicos Surdos e/ou com deficiência auditiva na UNIR, assegurando que políticas públicas instituídas na educação sejam garantidas e que o direito inclusão de pessoas com deficiência² no ensino superior sejam seguidas conforme preconizam os seguintes itens da Declaração de Salamanca³:

- (1) Deverão ser tomadas as medidas necessárias para conseguir a mesma política integradora de jovens e adultos com necessidades especiais, no ensino secundário e superior, assim como nos programas de formação profissional. (UNESCO, 1994, 29)
- (2) Cabe às universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais,

² Deficiência é um termo que, na medicina, significa insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão. Cabe esclarecer que, de um ponto de vista sócio-antropológico, encontrando respaldo em Skliar (1997) a surdez não é vista como “deficiência” e sim como “diferença”. No entanto, a visão clínico-terapêutica é muito forte na sociedade fazendo com que este termo continue sendo utilizado.

³ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>

principalmente, com relação a pesquisa, a avaliação, a preparação de fornecedores de professores e a elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre universidades e com outros sistemas de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância e também muito importante a ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e na formação para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração. (UNESCO, 1994, p. 38)

Diante disso, entende-se que é papel das Universidades construir documentos que constituam caminhos e diretrizes gerais, normas e critérios básicos que corroborem na inclusão social de todas as pessoas com deficiência, neste caso específico para pessoa Surda e/ ou deficiência auditiva. Desse modo, a Universidade Federal de Rondônia deve promover a acessibilidade, bem como os direitos dos acadêmicos Surdos e/ou deficiência auditiva.

As pessoas com deficiência têm direitos educacionais que devem ser cumpridos por meio das Instituições de Ensino Superior (IES):

- 1- O direito à educação;
- 2- O direito à igualdade de oportunidades – isto é, o direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência e;
- 3- O direito à participação social – consubstanciado no direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade. (MITTLER, 2005, p. 53)

Deste modo, visando cumprir com as políticas públicas que subsidiem a inclusão social e educacional, a Universidade Federal de Rondônia traz este material de orientação para as docentes, técnicos tradutores/ intérpretes de Libras e monitores buscando fornecer conhecimento acerca da pessoa Surda e de sua forma de apreender o mundo.

QUAIS SÃO OS GRAUS DE PERDA AUDITIVA?

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 9,7 milhões declaram ter deficiência auditiva (5,1%). A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade para ouvir. (PRATES, 2020, p. 16).

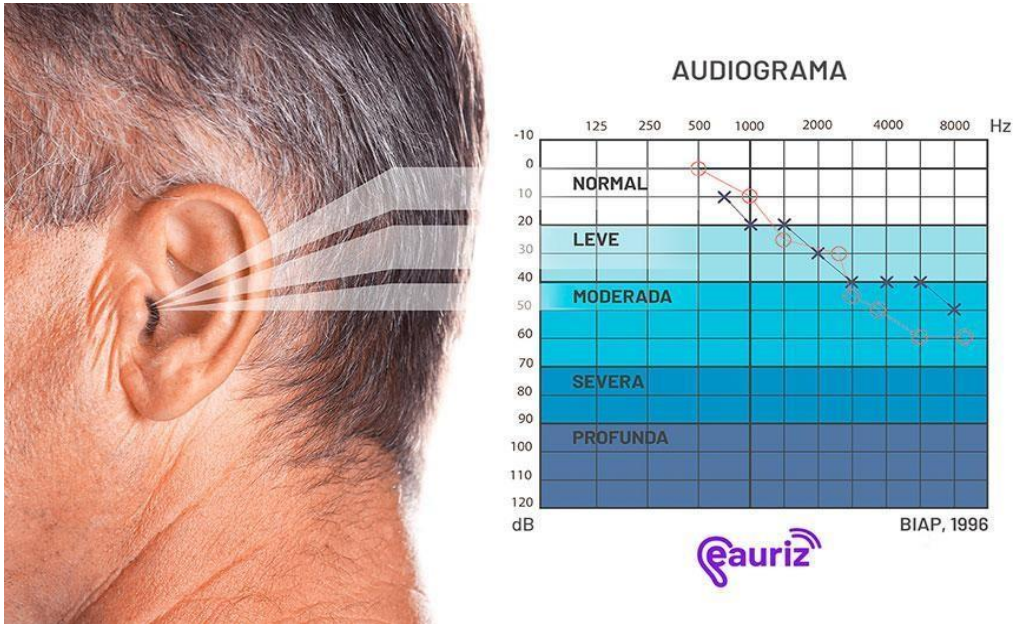


Figura 01: os graus de perda auditiva

Fonte: Eauriz, 2022⁴

Audição normal	Média menor ou igual a 20 dBNA. Pode existir discreta perda sem implicação social.
Perda auditiva leve	Média entre 21 e 40 dBNA. Pode ouvir bem voz em intensidade normal, mas tem dificuldade com voz baixa ou distante. A maioria dos ruídos do dia-a-dia são percebidos.
Perda auditiva moderada	1º grau: média entre 41 e 55 dB / 2º grau: média entre 56 e 70 dB. A fala é percebida se a voz for alta. A pessoa entende melhor o que está sendo dito se estiver vendo quem está falando. Alguns ruídos do dia-a-dia ainda são percebidos.
Perda auditiva severa	1º grau: média entre 71 e 80 dB / 2º grau: média entre 81 e 90 dB. A fala é percebida se a voz é alta e mais próxima do ouvido. Ruídos altos são percebidos.
Perda auditiva profunda	1º grau: média entre 91 e 100 dB / 2º grau: média entre 101 e 110 dB / 3º grau: média entre 111 e 119 dB. A fala não é percebida. Apenas ruídos muito altos são percebidos.

⁴ <https://www.eauriz.com.br/graus-de-perda-auditiva/>

Perda auditiva total	Média acima de 120 dB. Nenhum som é percebido.
-----------------------------	--

Tabela 01 – níveis de perda auditiva

Fonte: Adaptação por elaboração do grupo por Eauriz, 2022



Figura 02: Libras

Fonte: Uol, 2022⁵

Nos últimos anos, a Libras tem sido apresentada à sociedade brasileira por meio do seu reconhecimento como língua através da Lei nº10.436/02 e também através do decreto nº 5.626/05 que regulamentou a referida lei. Estas legislações, em vigor há mais de 15 (quinze) anos, conferem à Libras uma legitimidade que muitas pessoas ainda desconhecem. Na Lei mencionada, nº 10.436/02, conhecida como lei da Libras, temos em seu parágrafo único assegurado seu status de língua:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Assim, cabe aqui reforçar que a Libras é língua e não “linguagem” como vemos ainda ser nomeada em muitos espaços. Ressaltar essa diferença é de extrema importância visto que chamá-la de “linguagem” confere um espaço inferior e menor em relação às demais línguas orais.

⁵ <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/guia-de-profissoes/letras-libras.htm>

Cabe também informar que por ser uma língua de modalidade espaço-visual, características como visualidade e utilização de expressões faciais e corporais na construção da comunicação representam substanciais diferenças em relação às línguas orais. Quadros (2005, p. 83), traz um embasamento teórico por meio da linguística contrastiva que se caracteriza pela comparação entre duas, ou mais línguas quanto aos níveis fonológico, semântico/pragmático, morfológico e sintático. Diante disso, temos a possibilidade de observar as diferenças existentes entre as produções na língua portuguesa e na língua brasileira de sinais. Quadros (2004), apresenta uma lista de tais diferenças, quais sejam:

- (1) A língua de sinais é visual-espacial e a língua portuguesa é oral-auditiva.
- (2) A língua de sinais é baseada nas experiências visuais das comunidades surdas mediante as interações culturais surdas, enquanto a língua portuguesa constitui-se baseada nos sons.
- (3) A língua de sinais apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados classificadores. A língua portuguesa usa uma sintaxe linear utilizando a descrição para captar o uso de classificadores.
- (4) A língua de sinais utiliza a estrutura tópico-comentário, enquanto a língua portuguesa evita este tipo de construção.
- (5) A língua de sinais utiliza a estrutura de foco através de repetições sistemáticas. Este processo não é comum na língua portuguesa.
- (6) A língua de sinais utiliza as referências anafóricas através de pontos estabelecidos no espaço que exclui ambigüidades que são possíveis na língua portuguesa.
- (7) A língua de sinais não tem marcação de gênero, enquanto que na língua portuguesa o gênero é marcado a ponto de ser redundante.
- (8) A língua de sinais atribui um valor gramatical às expressões faciais. Esse fator não é considerado como relevante na língua portuguesa, apesar de poder ser substituído pela prosódia.
- (9) Coisas que são ditas na língua de sinais não são ditas usando o mesmo tipo de construção gramatical na língua portuguesa. Assim, tem vezes que uma grande frase é necessária para dizer poucas palavras em uma ou outra língua.
- (10) A escrita da Língua de Sinais não é alfabética.

(QUADROS, 2004, p.84)

Ao saber que existem tantas diferenças, é possível pensar no trabalho de tradução e interpretação entre essas duas línguas e, a partir disso, entender que a atividade

desenvolvida pelos TILSP (tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa) exige muito comprometimento e habilidades próprias para isto.

Partindo destas informações acerca da Libras e de tudo que envolve esta língua, pensamos poder caminhar rumo a um atendimento que considere a peculiaridade do universo surdo.

Neste sentido, cabe apresentar também que existem diferenças na utilização dos termos *Surdo*, *surdo*, *deficiência auditiva*, *surdo-mudo*.

TERMO	VISÃO	CONCEPÇÃO
surdo	Clínica	A surdez é vista como uma doença, que precisa ser curada. Quando se escreve surdo, é notável e perceptível o total assistencialismo e paternalismo das pessoas que acreditam na incapacidade e não evolução do Surdo.
Surdo	Social	Estratégia de empoderamento, de posição e divulgação do sujeito Surdo enquanto cidadão que luta por seus direitos políticos, lingüísticos, educacionais e outros para que seja respeitado as manifestações através da LSB e uma efetiva inclusão.
Deficiente auditivo	Educacional	Os profissionais da educação acreditam que os Surdos são sujeitos que necessitam de adaptações, de meios que possibilitam a sua real aprendizagem. O deficiente auditivo é visto como alguém deficiente da fala, do pensamento, dentre outras questões.
Surdo-mudo	Cultural	Durante muito anos, tivemos os defensores da língua de sinais, pois esta foi proibida como abordagem educacional. E os primeiros defensores eram chamados Surdo-mudo e, por isso, este termo é utilizado como respeito os sujeitos Surdo-mudo que preservaram a cultura surda, bem como, a língua de sinais do povo Surdo.

Tabela 02 – Termos

Fonte: JUNIOR 2011, p.26

Um acadêmico Surdo? Um docente Surdo? E agora? Conseguirei me comunicar com ele? Estes são alguns questionamentos recorrentes quando os Surdos chegam nos espaços.

No ano de 2014, a Universidade Federal de Rondônia realizou seu primeiro concurso para contratação de docentes que atenderiam aos cursos de graduação com a ministração da disciplina de Libras, por força do decreto nº 5626/05 que regulamentou a lei Nº 10.436/02. Com isso, docentes Surdos foram aprovados e ingressaram na Universidade. Logo após isso, houve a criação do Curso de Licenciatura em Letras Libras no ano de 2015. Ainda neste ano, a UNIR passou a contar com duas acadêmicas Surdas em dois de seus cursos no Campus de Porto Velho, uma ingressou no Curso de Licenciatura em Geografia, no primeiro semestre de 2015, e outra no Curso de Licenciatura em Letras Libras, no segundo semestre do referido ano.

. Este cenário fez com que alguns paradigmas em relação à forma como a Universidade recebe os acadêmicos, em geral, fossem repensados. A deficiência auditiva/surdez implica, de forma especial, na forma de se comunicar e algumas mudanças são necessárias para tornar os espaços acessíveis e acolhedores às pessoas Surdas. Dentre as medidas necessárias para fornecer acessibilidade a este público, temos o profissional tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa (Tilsp) que já estava na UNIR desde o ano de 2012, em quantidade insuficiente para o atendimento do crescente número de Surdos que chegariam ao espaço universitário nos anos que se seguiram.

Nas Universidades sabe-se que, normalmente, as aulas são expositivas, exigindo muito da visão e audição. Também há um grande volume de textos a serem lidos e esta tarefa para os Surdos não ocorre da mesma forma como para as pessoas não surdas, pois a língua portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda língua dos Surdos. Desse modo, é essencial conhecer melhor o universo desse público que a universidade vem recebendo há algum tempo e que, não é necessariamente do silêncio, mas de outra forma de comunicação.

O número de discentes com surdez como deficiência declarada, no ato da matrícula, por curso e campus, encontra-se disponível no quadro a seguir:

Quantitativo de alunos Surdos, com vínculo no ano/semestre de 2021.1		
Campus	Curso	Quantitativo de discentes
Ariquemes	Pedagogia	2
Guajará-Mirim	Letras/Português	1
	Pedagogia	1
Ji-Paraná	Educação Básica Intercultural	1
	Pedagogia	3
Porto Velho	Biblioteconomia	1
	Direito	1
	Educação Física	3
	Enfermagem	1
	Letras/LIBRAS	8
Vilhena	Administração	1
	Ciências Contábeis	1
	Pedagogia	2
TOTAL		26

Tabela 03: Quantitativo de alunos surdos

Fonte: UNIR, 2022

DIRETRIZES GERAIS E AÇÕES DAS PESSOAS SURDAS E/ OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

1. Dispositivos Legais das Pessoas com Deficiência e/ou pessoa surda:

- ✓ **Lei N° 8.160/1991** - Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
- ✓ **Decreto nº 3.956/2001** - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência;
- ✓ **Lei 10.098/2000** - A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- ✓ **Lei 10.436/2002** - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- ✓ **Portaria nº 3.284/2003** - Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem

ser construídas nas IES para instruir o processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

- ✓ **Lei 10.845/2004** - Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
- ✓ **Decreto 5.296/2004** - A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- ✓ **Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005** - Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
- ✓ **Decreto 5.626/2005** - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras
- ✓ **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU, 2006** - Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.
- ✓ **Plano de Desenvolvimento da Educação/2007** - O governo federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
- ✓ **Decreto 6.949/2009** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
- ✓ **Lei 12.319/2010** - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
- ✓ **Decreto 7.611/2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

- ✓ **Decreto 7.612/2011** - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
- ✓ **Lei 12.711/2012** - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- ✓ **Lei 13.146/2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- ✓ **Lei 14.191/2021** - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

2. Tipos de nomenclatura para a pessoa surda e definição para deficiente auditivo:

GRUPO DE SURDOS	LÍNGUA	IDENTIDADE	MANIFESTAÇÕES PRINCIPAIS
Surdos-Libras	LSB	Cultura Surda	Se manifesta através dos artefatos culturais que possibilita interações e a comunicação através da LSB
Surdos Oralizados	Língua Portuguesa	Não dependem da LSB para sua comunicação	Se manifesta na cultura majoritária, através da comunicação na Língua Portuguesa
Surdos implantados	Língua Portuguesa	Dependem da língua oral para sua comunicação	Transita muito bem através das manifestações na língua oral
Surdos bilíngue	LSB/Língua Portuguesa	Cultura Surda	Transita muito bem e sabe articular as duas línguas muito bem
Surdo Índio	Língua de Sinais indígena/Língua Portuguesa geralmente usa-se a LSB para possibilitar o desenvolvimento da Língua indígena.	Cultura Surda - Indígena	A cultura indígena é mais forte, mas os Surdos-indígena apresentam particularidades, onde as manifestações visuais, que advém de um Surdo possibilita as

			interações visuais, as orações indígenas em Língua de Sinais
Surdo Pós-Lingual	Língua portuguesa	Cultura ouvinte	São as pessoas que ouviram durante um bom tempo e depois tiveram perda da audição, não dependendo da LIBRAS para se comunicar

Tabela 04: Termos de Surdos
Fonte: Castro Junior, 2011

3. Quais estratégias utilizar para atender o aluno surdo oralizado ou deficiência auditiva?

- ✓ Priorizar o assento próximo ao professor;
- ✓ Articular bem os sons da fala;
- ✓ Falar devagar, sem exagerar no volume de voz;
- ✓ Evitar explicar o conteúdo enquanto estiver de costas;
- ✓ Deixar a boca visível de forma a possibilitar a leitura labial;
- ✓ As atividades, trabalho e/ou artigos que devem ser entregues em língua portuguesa, na modalidade escrita, talvez cause estranheza uma vez que poderão apresentar falta de artigos e proposições bem como verbos no infinitivo. Isto reflete a escrita de uma língua de uma modalidade diferente da modalidade em que se insere a forma padrão da escrita da língua portuguesa. Dessa forma, poderá o professor solicitar auxílio ao TILS para maior esclarecimento do que foi escrito.

4. Identidade Surda e a Cultura surda:

A aquisição da língua de sinais é direito da pessoa surda. Ao ter contato com essa língua, o surdo se apropria e se insere nos contextos sociais de forma segura, apropriada, com fluência, com clareza, compreende o mundo e a ele próprio como um ser identitário.

Quando falamos em identidade cultural, podemos observar dentro da cultura surda os diferentes perfis de identidade surda.

Gladis Perlin (2001), defende a ideia de diferentes Identidades Surdas, facilmente identificáveis por categorias, conforme descritas abaixo.

4.1. Identidades Surdas (identidade política)

Trata-se de uma identidade fortemente marcada pela política surda. São mais presentes em surdos que pertencem à comunidade surda e apresentam características culturais como sejam:

- ✓ Possuem a experiência visual que determina formas de comportamento, cultura, língua, etc
- ✓ Carregam consigo a língua de sinais. Usam sinais sempre, pois é sua forma de expressão. Eles têm um costume bastante presente que os diferencia dos ouvintes e que caracteriza a diferença surda: a captação da mensagem é visual e não auditiva, o envio de mensagens não usa o aparelho fonador, usa as mãos.
- ✓ Aceitam-se como surdos, sabem que são surdos e assumem um comportamento de pessoas surdas. Entram facilmente na política com identidade surda, onde impera a diferença: necessidade de intérpretes, de educação diferenciada, de língua de sinais, etc..
- ✓ Passam aos outros surdos sua cultura, sua forma de ser diferente;
- ✓ Assumem uma posição de resistência.
- ✓ Assumem uma posição que avança em busca de delimitação da identidade cultural.
- ✓ Assimilam pouco, ou não conseguem assimilar a ordem da língua falada, tem dificuldade de entendê-la;
- ✓ A escrita obedece à estrutura da língua de sinais, pode igualar-se a língua escrita, com reservas.
- ✓ Têm suas comunidades, associações, e/ou órgãos representativos e compartilham entre si suas dificuldades, aspirações, utópicas.
- ✓ Usam tecnologia diferenciada: legenda e sinais na TV, telefone especial, campanha luminosa.
- ✓ Tem uma diferente forma de relacionar-se com as pessoas e mesmo com animais.

4.2 Identidades Surdas Híbridas

Ou seja os surdos que nasceram ouvintes e com o tempo alguma doença, acidente, etc. os deixou surdos:

- ✓ Dependendo da idade em que a surdez chegou, conhecem a estrutura do português falado e o envio ou a captação da mensagem vez ou outra é na forma da língua oral.
- ✓ Usam língua oral ou língua de sinais para captar a mensagem. Esta identidade também é bastante diferenciada, alguns não usam mais a língua oral e usam sinais sempre.
- ✓ Assumem um comportamento de pessoas surdas, ex: usam tecnologia para surdos.
- ✓ Convive pacificamente com as identidades surdas.
- ✓ Assimilam um pouco mais que os outros surdos, ou não conseguem assimilar a ordem da língua falada, tem dificuldade de entendê-la.
- ✓ A escrita obedece a estrutura da língua de sinais, pode igualar-se à língua escrita, com reservas.
- ✓ Participam das comunidades, associações, e/ou órgãos representativos e compartilham com as identidades surdas suas dificuldades, políticas, aspirações e utopias.
- ✓ Aceitam-se como surdos, sabem que são surdos, exigem intérpretes, legenda e sinais na TV, telefone especial, companhia luminosa.
- ✓ Também em uma diferente forma de relacionar-se com as pessoas e mesmo com animais.

4.3. Identidades Surdas Flutuantes.

Os surdos que não tem contato com a comunidade surda. Para Karol Paden são outra categoria de surdos visto não contarem com os benefícios da cultura surda. Eles também têm algumas características particulares.

- ✓ Seguem a representação da identidade ouvinte.
- ✓ Estão em dependência no mundo dos ouvintes seguem os seus princípios, respeitam-nos colocam-nos acima dos princípios da comunidade surda, às vezes competem com ouvintes, pois que são induzidos no modelo da identidade ouvinte.
- ✓ Não participam da comunidade surda, associações e lutas políticas.
- ✓ Desconhecem ou rejeitam a presença do intérprete de língua de sinais.
- ✓ Orgulham-se de saber falar "corretamente".

- ✓ Demonstram resistências à língua de sinais, cultura surda visto que isto, para eles, representa estereótipo.
- ✓ Não conseguiram identificar-se como surdos, sentem-se sempre inferiores aos ouvintes; isto pode causar muitas vezes depressão, fuga, suicídio, acusação aos outros surdos, competição com ouvintes, há alguns que vivem na angústia no desejo contínuo de ser ouvintes.
- ✓ São as vítimas da ideologia oralista, da inclusão, da educação clínica, do preconceito e do preconceito da surdez.
- ✓ São surdos, quer ouçam algum som, que não ouçam, persistem em usar aparelhos auriculares, não usam tecnologia dos surdos.

4.4. Identidades Surdas Embaçadas

As identidades surdas embaçadas são outro tipo que podemos encontrar diante da representação estereotipada da surdez ou desconhecimento da surdez como questão cultural.

- ✓ Os surdos não conseguem captar a representação da identidade ouvinte. Nem consegue compreender a fala.
- ✓ O surdo não tem condições de usar a língua de sinais, não lhe foi ensinada nem teve contato com a mesma.
- ✓ São pessoas vistas como incapacitadas.
- ✓ Neste ponto, os ouvintes determinam seus comportamentos, vida e aprendizados.
- ✓ É uma situação de deficiência, de incapacidade, de inércia, de revolta.
- ✓ Existem casos de aprisionamento de surdos na família, seja pelo estereótipo ou pelo preconceito, fazendo com que alguns surdos se tornam incapazes de chegar ao saber ou de decidirem-se por si mesmos.
- ✓ Na família a falta de informação sobre o surdo é total e geralmente predomina a opinião do médico, e algumas clínicas reproduzem uma ideologia contra o reconhecimento da diferença.
- ✓ Estes são alguns mecanismos de poder construído pelos ouvintes sob representações clínicas da surdez.
- ✓ colocando o surdo entre os deficientes ou retardados mentais.

4.5. Identidades surdas de transição

Estão presentes na situação dos surdos que devido a sua condição social viveram em ambientes sem contato com a identidade surda ou que se afastam da identidade surda.

- ✓ Vivem no momento de trânsito entre uma identidade e outra.
- ✓ Se a aquisição da cultura surda não se dá na infância, normalmente a maioria dos surdos precisa passar por este momento de transição, visto que grande parte deles são filhos de pais ouvintes.
- ✓ No momento em que esses surdos conseguem contato com a comunidade surda, a situação muda e eles passam pela des-ouvintização, ou seja, rejeição da representação da identidade ouvinte.
- ✓ Embora passando por essa des-ouvintização, os surdos ficam com seqüelas da representação, o que fica evidenciado em sua identidade em construção.
- ✓ Há uma passagem da comunicação visual/oral para a comunicação visual/sinalizada.
- ✓ Para os surdos em transição para a representação ouvinte, ou seja, a identidade flutuante se dá o contrário.

4.6. Identidades Surdas de Diáspora

- ✓ As Identidades de diáspora divergem das identidades de transição. Estão presentes entre os surdos que passam de um país a outro ou, inclusive, passam de um Estado brasileiro a outro, ou ainda de um grupo surdo a outro.
- ✓ Ela pode ser identificada como o surdo carioca, o surdo brasileiro, o surdo norte americano. É uma identidade muito presente e marcada.

4.7. Identidades Intermediárias.

O que vai determinar a identidade surda é sempre a experiência visual. Neste caso, em vista desta característica diferente distinguimos a identidade ouvinte da identidade surda. Temos também a identidade intermediária geralmente identificada como sendo surda. Essas pessoas tem outra identidade pois tem uma característica que não lhes permite esta identidade, isto é a sua captação de mensagens não é totalmente na experiência visual que determina a identidade surda.

- ✓ Apresentam alguma porcentagem de surdez, mas levam uma vida de ouvintes.

- ✓ Para estes são de importância os aparelhos de audição.
- ✓ Importância do treinamento oral.
- ✓ Busca de amplificadores de som.
- ✓ Não uso intérpretes de cultura surda, etc.
- ✓ Quando presente na comunidade surda, geralmente se posiciona contra uso de intérpretes ou considera o surdo como menos dotado e não entende a necessidade de língua de sinais, de intérpretes.
- ✓ Tem dificuldade de encontrar sua identidade visto que não é surdo nem ouvinte.

No contexto geral, a visualidade é essencial para que o surdo receba informações, independente da identidade que ele apresente, assim como para sua captação de conhecimento.

Os principais artefatos culturais que caracterizam a cultura surda são: Língua; Visualidade; Literatura surda; entre outros. Contudo, a identidade surda é um dos artefatos de extrema relevância na comunidade surda.

Essas identidades culturais existem quando o surdo encontra seus pares e procura comunicação para se desenvolver. Os aspectos culturais percebemos em diferentes espaços.

A pessoa quando adentra a comunidade surda, aprende e tem um desenvolvimento diferenciado, dentro das suas experiências, dentro da sua visualidade, dentro desse aspecto visual. amplia seu conhecimento da sociedade, da sua identidade surda, dos costumes e valores conforme as experiências da comunidade surda, da cultura, esses artefatos.

No entanto, a pessoa que tem deficiência auditiva é que às vezes não utiliza língua de sinais e ela usa de outras linguagens, às vezes não tem expressões mesmas características que é encontrada dentro da comunidade surda desses perfis de estudos que utilizam língua de sinais. As experiências e os valores acabam sendo diferentes dentro dessa perspectiva. Quando se percebe a identidade da pessoa com deficiência auditiva. E é possível também eh utilizar que é também encontrarmos deficientes auditivos que usuários da língua de sinais que apresenta a da comunidade surda e da cultura surda.

Strobel (2008) explica que “É a cultura surda que regula o surdo em direção seu ser diferente e a sua defesa diante daquilo que chamo de práticas

discriminatórias que mapeiam populações sobre marcas visíveis e transparentes de poder que as mantêm na subalternidade.”

Assim, definido por Strobel (2008) [...] Cultura Surda pode ser definida como sendo: história cultural, língua de sinais, identidade diferentes, leis, pedagogia surda, literatura surda, e outros jeitos de ver o mundo, ou seja, dos espaços de Estudos Culturais e em Estudos Surdos”.

5. Acadêmico Surdo e seu acesso e permanência no Ensino Superior:

- ✓ Quando o acadêmico Surdo busca estar, entrar na Universidade e desconhece a dinâmica de estudos e pesquisas próprias deste espaço é necessário proporcionar formas de atendimento a este acadêmico para que ele consiga alcançar novos conhecimentos.
- ✓ Não são todos os Surdos que se apropriam da língua de sinais, alguns optam por transitar na cultura ouvinte utilizando a língua portuguesa, no entanto, trata-se das várias identidades que permeiam a cultura surda não representando, assim, todos eles. Dessa forma, receber o Surdo na Universidade implica ofertar condições para isto, tais como: tradutores intérpretes de Libras nas aulas e eventos promovidos, criar políticas de acessibilidade nos espaços contando com a sinalização por meio de placas de identificação em Libras nas portas ou fachadas dos ambientes.
- ✓ Quanto à questão pedagógica, a orientação é que o conteúdo a ser ministrado tenha um apelo visual maior que contemple o acadêmico Surdo já que ele tem uma experiência visual, e esta é muito mais aguçada e desenvolvida. O Surdo percebe o mundo e interage neste pela visão.
- ✓ No que se refere à utilização de vídeos, a legenda ajuda, mas não resolve! Sempre que o professor tiver a necessidade de utilizar vídeos para determinado assunto é interessante pesquisar se já tem algum material disponível, na Internet por exemplo, com tradução e interpretação em Libras, pois a língua portuguesa é a segunda língua do Surdo e um material traduzido para sua primeira língua, assegurará um maior entendimento visto que em processos de tradução questões culturais são primordiais.
- ✓ A utilização de músicas em aulas também requer um certo cuidado, uma vez que o Surdo não deve ficar alheio ao que está acontecendo na aula. A

sugestão é que seja informado ao TILS escalado para a aula que haverá a utilização de música para que ele se prepare para o momento, visto que a música pode ser traduzida/interpretada para Libras, mas este ato requer técnicas próprias que demandam estudo e pesquisa de sinais apropriados e contextualizados.

6. A importância do conhecimento sobre os acadêmicos Surdos por parte dos professores e como se articulam as questões referentes a Libras e a Língua Portuguesa:

- ✓ Observar as Leis específicas para Deficiência auditiva/ e ou Pessoa Surda;
- ✓ Ter acesso aos Estudos sobre a Educação de Surdos no Brasil e em Rondônia;
- ✓ A participação em curso de Libras é aconselhável para que o professor consiga estabelecer uma comunicação básica com seu aluno Surdo dentro e fora de sala de aula;
- ✓ É possível buscar no Departamento Acadêmico de Libras da UNIR junto aos docentes Surdos e ou bilíngues, a respeito de orientação de como melhor atender ao acadêmico Surdo;
- ✓ Como forma de melhor compreensão da escrita do aluno Surdo, é possível a estratégia de gravação de vídeos sinalizados por ele, sendo traduzidos pelos Tilsp para complementação da atividade;
- ✓ Nas avaliações, poderá o professor solicitar ao intérprete que sinalize as questões referentes à prova em vídeo, para aplicação das mesmas, para o aluno Surdo.

7. Papel dos tradutores e intérpretes de Libras: possibilitar a comunicação do Professor e do aluno.

- ✓ O intérprete não tem o direito de cátedra na sala de aula, porém ele junto ao professor poderá sugerir adaptações que podem ou não ser aceitas pelo professor(a), pois o intérprete não ensina o aluno, isto é de responsabilidade do docente em exercício.

- ✓ O tradutor intérprete precisa estudar os conteúdos de disciplina antes da aula. Se tiver dúvida a respeito de algum termo ou expressão no texto, deverá procurar o/a professor (a) para que este possa explicar melhor antes de aula. Salientamos que não é aconselhável que, na hora de aula, sejam esclarecidas dúvidas, pois isso pode prejudicar a interpretação;
- ✓ Ao término da aula o TILSP e o professor poderão perguntar ao acadêmico Surdo a respeito do feedback da aula. Indagar sobre uma possível correção a ser feita;
- ✓ Ao explicar o conteúdo, tendo a presença do aluno surdo, deficiente auditivo e/ou surdocego, é aconselhável que o professor fale de frente para a turma porque desta forma o aluno pode observá-lo, visto que falar virado para a turma demonstrará apreço pelos alunos que não podem ouvi-lo;

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Legislação sobre pessoa com deficiência [recurso eletrônico] / Symone Maria Bonfim (organizadora). – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 159 p. – (Série legislação; n. 265 e-book)

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

JÚNIOR, Gláucio de Castro. A Educação de Surdos no Distrito Federal: Perspectivas da Política. 2011. 65f. Monografia - Curso de especialização de inclusão.

MITTLER, P. Working towards inclusion education: social contexts. London, David Fulton Publishers, 2005.

MOURA, M.C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PRATES, Magno Prado Gama. POLÍTICA LINGUÍSTICA: análise discursiva da legislação como instrumento do político para o sujeito surdo. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos/MEC. Brasília: SEESP, 2004.

SKLIAR, C. (1997). Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. Em C. Skliar (Org.), Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial (pp. 105-153). Porto Alegre: Mediação.

UNESCO. Conferência mundial sobre ensino superior: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris: 2009.

UNESCO. Declaração mundial de educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

Sites consultados:

<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbntaW5oYXNwZXNxdWlzYXNvazF8Z3g6M2U0YmMxYzBiMmRjNjM4Yw>

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5880>

https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf

https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2022/03/Projetos-e-acoes-de-extensao-2022_24-03.pdf

cae.ufsc.br/docencia-acessivel/